

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

Apagamento editorial e disputa de cientificidade: o caso do livro *Noir Canada* (2008) frente ao capital mineral

Ana Maria Motta Ribeiro¹

Thaís Henriques Dias²

RESUMO:

Este trabalho é fruto de um texto já publicado, no qual discutimos a legitimidade de um processo de apagamento editorial por meio da retirada de circulação de um livro físico produzido como resultado de uma investigação científica na Teoria Crítica, sobre conflitos ocorridos na África expropriada por projetos minerários do Canadá. Trata-se do livro *Noir Canada*, publicado originalmente em francês no Canadá, em 2008, cujos autores e editora foram processados judicialmente por duas grandes mineradoras canadenses que os acusaram de “difamação”. O texto publicado foi construído com a participação de um dos autores processados, que relata sua experiência vivida e analisa os problemas que o caso revela, como a cumplicidade das universidades e o modo como estas são afetadas pelos próprios processos narrados no livro, isto é, como e em que medida estão atreladas e reproduzem o poder do capital mineral, assim como o campo jurídico. Nosso objetivo é lançar luz sobre esse caso de apagamento editorial de uma pesquisa-denúncia sobre comunidades humanas e o ambiente na África e sobre o neoextrativismo que afeta toda a reprodução da vida, destacando alguns aspectos que tangenciam esse acontecimento em termos de uma reflexão sobre a investigação do social e da sociedade, e sobre o padrão de cientificidade na Sociologia, definido por uma tríade epistêmica – o positivismo, o formalismo e o materialismo histórico-dialético quando, por motivações político-ideológicas um desses vetores, por ser hegemônico, anula os outros enquanto padrão de verdade.

Palavras-chave: Noir Canada; Apagamento editorial; Teoria Crítica.

¹ Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), an_motta@id.uff.br, <http://lattes.cnpq.br/7866939328153617>.

² Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), thaishd@id.uff.br, <http://lattes.cnpq.br/4503846668289636>.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

DESTAQUES

- Discute as bases epistemológicas da Sociologia diante de um caso de desqualificação de uma pesquisa produzida na Teoria Crítica.
- Contribui com os estudos sobre criminalização, apagamento e silenciamento da crítica, por meio de instrumentos judiciais e extrajudiciais.
- Revela uma das estratégias empresariais aplicadas em contextos de conflitos ambientais que envolvem setores extrativos, entre eles o mineral.

DESENVOLVIMENTO

O livro *Noir Canada: pillage, corruption et criminalité en Afrique* (2008), de autoria de Alain Deneault em colaboração com Delphine Abadie e William Sacher, analisa o apoio político e diplomático das autoridades canadenses aos abusos cometidos por empresas de exploração mineral canadenses no continente africano, contextualizando essa exploração na África em termos geopolíticos e financeiros por essas corporações e agentes políticos. O livro foi primeiramente publicado no Canadá, em francês, mas, foi tirado de circulação como resultado de um acordo extrajudicial após a empresa mineradora canadense Barrick Gold acusar os autores e a editora *Les Éditions Écosociété* por difamação, demandando-os em seis milhões de dólares em um tribunal de Quebec, em 2008. Poucos meses após o início desse processo judicial, outra mineradora canadense, a Banro Corporation, também processou os autores e a editora pelo menos motivo, em cinco milhões de dólares, em um tribunal de Ontário. Em reação, um grupo de intelectuais traduziu o livro para o espanhol tornando-o acessível para circulação em outros países no formato digital, o que possibilitou o nosso conhecimento do livro³ (Deneault; Abadie; Sacher, 2012; Sacher; Acselrad, 2017).

Neste trabalho, buscamos lançar luz sobre as reflexões desenvolvidas em um artigo já produzido por nós em conjunto com um dos autores que sofreram o processo

³ Apesar de não estar mais à venda, as informações do livro ainda podem ser encontradas no site da editora, neste link: <https://ecosociete.org/livres/noir-canada>.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

UFF
Universidade
Federal
Fluminense

judicial e extrajudicial em questão (Deneault; Ribeiro; Dias, 2024). No artigo, destacamos um dos ataques ao livro: uma desqualificação de sua “cientificidade” com base nas teses positivistas, feita por um professor e pesquisador contratado pela Barrick Gold, que escreveu um parecer às escondidas, isto é, sob sigilo, mas que depois teve o nome descoberto. Ele desconsiderou não apenas a Teoria Crítica, na qual a pesquisa que gerou o livro foi feita, mas também todo um corpo paradigmático da própria Sociologia, na qual o positivismo é apenas um dos enfoques epistemológicos.

Nosso argumento é que o enfoque central das ciências sociais não pode ser desconsiderado em suas vertentes, porque essa pluralidade é que traduz a condição histórico concreta da sociedade como organismo vivo dividido em classes. Apresentando-se como a única verdade, o “positivismo” defendido pela acusação no processo judicial é ideologicamente abrigado como tese pelo Tribunal, e assim escolheu dar à empresa a vitória dos poderosos retirando da academia seu lugar de fala. É a isso que consideramos chamar de manipulação epistemológica.

Outra designação para este acontecimento pode ser considerada como silenciamento acadêmico colonizador, quando o texto da acusação tem sua narração inserida no ambiente universitário, mas se aproveita da posição hegemônica das noções de cientificidade do positivismo do século XIX, para acolher diante dos tribunais, esse espectro do passado que busca se naturalizar quando conveniente, como se fosse superior, a única e a melhor forma de verdade; uma deliberação já superada há tempos na comunidade acadêmica da área de humanas a nível internacional e que quando usada como arma do capital torna-se, na verdade, negacionismo!

Nosso objetivo aqui, portanto, é analisar o caso do esbulho/*despojo*/expropriação de comunidades na África situado a nível de um apagamento editorial sobre o neoextrativismo que afeta toda a reprodução da vida, destacando alguns aspectos que tangenciam esse acontecimento em termos de uma reflexão sobre a investigação do social e da sociedade, e sobre o padrão de cientificidade na Sociologia, definido na sua integralidade enquanto corpo paradigmático constitutivo na tríade epistemológica inerente e ricamente tensionado entre o formalismo, o materialismo histórico-dialético e o próprio positivismo, que só pode ser regido pela escolha do pesquisador que analisa a

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

realidade, sobretudo quando explicita sua argumentação em respeito à inteligência do leitor.

REFERÊNCIAS

DENEAULT, Alain; ABADIE, Delphine; SACHER, William. **Negro Canadá: saqueo, corrupción y criminalidad en África**. Traducción al español por Traductor@s y Corrector@s Colectiv@s. Rebelión.org, 2012. Disponível em: <https://www.rebellion.org/docs/149755.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

DENEAULT; Alain; RIBEIRO, Ana Maria Motta; DIAS, Thaís Henriques. Apagamento editorial e manipulação epistemológica: um fetiche do capital mineral sobre o livro *Noir Canada*. **Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.**, v. 16, n. 1, jan.-abr., 2024, p. 5-29.